

CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DO “CRIOULO” GUINEENSE EM GUINÉ-BISSAU

CONTEXTUALIZACIÓN SOCIOLINGÜÍSTICA DEL “CRIOLLO” GUINEANO EM GUINEA-BISÁU

SOCIOLINGUISTIC CONTEXTUALIZATION OF GUINEAN “CREOLE” IN GUINEA-BISSAU

Mamadú Saliu Djaló*

Cássio Florêncio Rubio**

Universidade Federal de São Carlos

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo investigar o contexto sociolinguístico em que se insere a língua guineense (também chamada de “crioulo” ou “Kriol” guineense) em Guiné-Bissau, sob o ponto de vista de seus usuários. No referencial teórico, para tratar da gênese da língua guineense, consideramos Embaló (2008) e Rougé (1994). No que se refere às políticas linguísticas, apoiamos-nos em Couto (1996), Timbane e Manuel (2018), Calvet (2002) e Silva (2013). Em relação à metodologia, recorreremos à análise qualiquantitativa de questionários semiestruturados, submetidos a 25 participantes guineenses. Os inquéritos abarcaram fatores relacionados às línguas em uso na Guiné-Bissau, ao emprego da língua guineense no ambiente escolar e nas instituições e à avaliação sobre a importância dessa língua no país. Os resultados evidenciam relatos que convergem entre si quanto a uma política linguística opressora em relação ao uso do guineense no sistema educacional. Por outro lado, houve divergência de opiniões dos participantes sobre a oficialização e ensino da língua guineense no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Língua guineense. Crioulo guineense. Políticas linguísticas na Guiné-Bissau. Contexto sociolinguístico. PALOP.

RESUMEN: El presente trabajo tiene como objetivo investigar el contexto sociolingüístico en el que se inserta la lengua guineana en Guinea-Bissau, desde el punto de vista de sus usuarios. En el marco teórico, para hablar de la génesis de la lengua guineana, consideramos Embaló (2008) y Rougé (1994). En cuanto a las políticas lingüísticas, nos apoyamos en Couto (1996), Timbane y Manuel (2018), Calvet (2002) y Silva (2013). En cuanto a la metodología, recurrimos al análisis cualitativo y cuantitativo de cuestionarios semiestructurados, entregados a 25 participantes guineanos. Las encuestas cubrieron factores relacionados con los idiomas en uso en Guinea-Bissau, el uso del idioma guineano en el entorno escolar y las instituciones y la evaluación de la importancia de este idioma en el país. Los resultados muestran relatos que convergen entre sí respecto a una política lingüística opresiva respecto al uso del guineano en el sistema educativo. Por otro lado, hubo divergencia de opiniones de los participantes sobre la formalización y enseñanza de la lengua guineana en el ámbito escolar.

PALABRAS CLAVE: Lengua guineana. Criollo guineano. Políticas lingüísticas en Guinea-Bissau. Contexto sociolingüístico. PALOP.

* Licenciado em Letras pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos e doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: mamasaliu19@gmail.com.

** Professor associado do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, mestre e doutor pela Universidade Estadual Paulista. E-mail: cassiorubio@ufscar.br.

ABSTRACT: The present work aims to investigate the sociolinguistics context in which the Guinean language (“creole” or “Kriol” guinean) is inserted in Guinea-Bissau, from the point of view of the users. To talk about the genesis of the Guinean language, we consider Embaló (2008) and Rougé (1994). About language policies, we rely on Couto (1996), Timbane and Manuel (2018), Calvet (2002) and Silva (2013). Regarding the methodology, we resorted to the qualitative and quantitative analysis of semi-structured questionnaires, submitted to 25 Guinean participants. The surveys covered factors related to the languages in use in Guinea-Bissau, the use of the Guinean language in the school environment and institutions and the evaluation of the importance of this language in the country. The results show reports that converge with each other regarding an oppressive linguistic policy regarding the use of Guinean in the educational system. On the other hand, there was a divergence of opinions from the participants about the formalization and teaching of the Guinean language in the school environment.

KEYWORDS: Guinean language. Guinean creole. Language policies in Guinea-Bissau. Sociolinguistics context. PALOP.

1 INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental de África com uma superfície total de 36.125km. O país é conhecido por sua diversidade linguística e cultural, pois no território existem mais de 20 grupos étnicos, possuindo cada um deles sua língua e cultura. Além das línguas étnicas, há ainda o guineense ou kriol, que é a língua nacional, exercendo um grande papel na sociedade por ser empregada nas relações interétnicas. Soma-se a esse caldeirão linguístico a língua portuguesa, oficial no país e empregada no ambiente escolar e, geralmente, adquirida fora do ambiente familiar (Rubio; Cá, 2019; Cá; Rubio, 2019; Rubio, 2021)¹.

Com base nessas informações preliminares, neste trabalho, o leitor encontrará algumas informações que tratam do processo de gênese da língua guineense ou kriol (conforme mencionado por alguns guineenses) no território que hoje compreende a Guiné-Bissau. Serão abarcados aspectos relacionados à configuração sociolinguística atual do país, com foco, principalmente, na língua guineense e no seu contexto de ensino. Será detalhada a metodologia adotada para o levantamento de dados, assim como os resultados encontrados após levantamento bibliográfico e análise do questionário submetido aos participantes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ALGUMAS TESES SOBRE A GÊNESE DA LÍNGUA GUINEENSE

O “Kriol” ou “crioulo” da Guiné-Bissau, também denominado por guineense, de acordo com Embaló (2008), seria a “língua franca” dos guineenses, pois pessoas de vários grupos étnicos empregam-na para se entenderem nas comunidades linguísticas. Sobre sua origem e formação, a autora enfatiza que, provavelmente, essa língua surgiu no final do século XVI e começo do século XVII, mas parece não haver um consenso entre os pesquisadores sobre o espaço onde ela surgiu, pois existem várias hipóteses, como podemos verificar a seguir.

Dessa forma, segundo a autora, Naro (1978) enfatiza que o “crioulo” que se fala hoje em dia na Guiné-Bissau surgiu em Portugal, quando os escravizados foram levados para Europa, no século XV, e, com o passar do tempo, foi implantada na Guiné-Bissau. Por outro lado, segundo Embaló (2008), alguns pesquisadores como Peck (1988) e Kihm (1994) asseveram que o nascimento dessa língua ocorreu em Cabo Verde. Por sua vez, Rougé (1994) apresenta uma tese oposta, ou seja, para o autor, essa língua nasceu graças à convivência entre os colonizadores europeus e os povos que falavam a língua mandinga, já em território guineense. Apesar disso, o autor reconhece a contribuição de outras línguas para o desenvolvimento do guineense. Por exemplo, houve influência do wolof que, na altura, era uma língua franca no norte do país, bem como das línguas que se falavam na zona leste, especificamente no “Reino do Kaabu”. Em conformidade com o autor, após a inauguração das cidades de Cacheu, Geba, Farim, Bolama, Ziguinchor e Bissau, o “crioulo” começou a ganhar espaço nessas áreas, no entanto, a formação da língua nessas cidades não se realizou da mesma maneira, pois

¹ Por apresentarmos visão contrária à rotulação generalizante dessas línguas como “crioulos”, nas menções posteriores empregaremos denominações mais específicas, relacionadas aos países, como, por exemplo, guineense, para o “crioulo” guineense, caboverdiano, para o “crioulo” de Cabo Verde, e santomense, para o “crioulo” de São Tomé e Príncipe.

[...] distingue-se na origem um crioulo intramuros e um crioulo extramuros. Trata-se de uma distinção social. Corresponde à distinção entre o crioulo dos cristãos, mestiços ou assimilados que viviam no interior das praças e o crioulo dos grumetes, africanos livres que trabalhavam ao serviço dos portugueses: eles cumpriam as tarefas de intermediários no comércio, mas também vários ofícios tais como carpinteiro, calafate... Os grumetes viviam agrupados no pé da tabanca, a paliçada que separava a cidade do mato, ou em bairros reservados. (Rougé, 2008, p. 66).

Assim sendo, de acordo com Rougé (2008), pelo fato de a primeira variedade se desenvolver na zona urbana e ser praticada por nativos que conviviam com os colonizadores portugueses, ela acabou sofrendo influência da língua do colonizador. A segunda variedade, por não conviver com a língua europeia, não conservou a influência do português e manteve a influência de um número considerável de línguas africanas locais.

Entretanto, uma questão surge: como se sabe, a Guiné-Bissau, bem como vários países do continente africano, apresenta diversidade linguística. Antes dos nativos conviverem com os europeus, não teria surgido essa língua entre os povos locais? Já que cada grupo étnico tinha sua língua materna, como ocorria a comunicação entre, por exemplo, fulas (pular) e balantas? Ou entre um mandjakus e pepeis? Entre biafadas e mansonkas? Entre budjukus e nalus?

Fato é que, no que concerne à origem das línguas em África, principalmente, as línguas que emergiram mais recentemente (nos últimos séculos), denominadas genericamente de “crioulas”, ainda pouco se sabe e os estudos que tratam da temática nem sempre são pautados em um viés puramente linguístico, sendo permeados por uma visão sócio-histórica e geográfica, que reúne essas formas de comunicação sobre rótulos generalizantes e carregados de preconceito.

No que tange às políticas linguísticas na Guiné-Bissau, como verificaremos na análise dos resultados, há uma política estatal que não valoriza o guineense e as línguas étnicas. Aliás, como defende Embaló (2008, p. 103):

A partir dos anos vinte do século XX ele começou a ser estigmatizado e a sua utilização acabou por ser interdita pelas autoridades coloniais, o mesmo acontecendo com as línguas das comunidades etnolinguísticas. O kriol passou a ser visto como uma língua de “não civilizado” e aquele que falasse português era considerado “civilizado”.

Ainda no século XXI, essa visão preconceituosa e colonial persiste na Guiné-Bissau, pois, com frequência, uma pessoa que não tem domínio da língua portuguesa é vista como um indivíduo “atrasado”. Ainda conforme a autora, após a independência, houve um esforço para valorização do “crioulo” e para sua inserção no sistema escolar, mas isso não se concretizou, por vários motivos, tais como: “[...] uma deficiente preparação dos próprios professores, a falta de materiais didáticos e pelo fato de o crioulo, apesar de ser língua nacional, não ser necessariamente a língua materna dos aprendentes” (Embaló, 2008, p. 103). Esse argumento, contudo, parece-nos contraditório, já que a língua portuguesa também não é primeira língua da grande maioria, senão da totalidade dos guineenses. Para além disso, houve e ainda há a produção de materiais didáticos “descontextualizados” com a realidade dos alunos, quase sempre, em Portugal.

O direito linguístico dos guineenses, dessa forma, não foi e não é respeitado, pois a *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* defende, por exemplo, que: “artigo 9º: Todas as comunidades linguísticas têm direito a codificar, estandardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas” (UNESCO, 1996, p.7). Além disso, aponta o artigo 29º, “Todos têm direito ao ensino na língua própria do território onde residem” (UNESCO, 1996, p. 10).

2.2 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA GUINÉ-BISSAU

Sobre a não implementação das políticas linguísticas para a valorização das línguas “crioulas”, Couto (1996) enfatiza que as autoridades dos países onde essas línguas são faladas não demonstram nenhum interesse em valorizá-las, com o intuito de satisfazer os parceiros internacionais. Timbane e Manuel (2018) concordam com a tese defendida por Couto (1996) e enfatizam que na Guiné-Bissau falta um empenho por parte das autoridades governamentais para que a língua guineense possa ser valorizada.

Por outro lado, alguns pesquisadores, como Craig ([1977?] *apud* Couto, 1996), sugerem técnicas que, se fossem desenvolvidas, contribuiriam na valorização dos “crioulos”, tais como:

- 1) Monolingüismo na língua dominante; 2) Bilingüismo “monoliterate”, em que a língua vernácula da criança é admitida nos estágios iniciais para se chegar à escrita na língua dominante; 3) Bilingüismo “monoliterate”, em que se usam literalmente duas línguas plenamente, menos na escrita; 4) Bilingüismo parcial em que se admite a língua vernácula do aluno inclusive para a escrita, mas só quando se trata de assuntos relativos ao seu contexto; 5) Bilingüismo pleno; 6) Monolingüismo na língua vernácula. (Couto, 1996, p. 78)

Timbane e Manuel (2018) defendem a necessidade de aplicar cinco ações com o intuito de valorizar os “crioulos”, bem como as línguas africanas. Num primeiro momento, ressaltam a importância de aplicar leis que permitirão a inserção dessas línguas no sistema do ensino e nas instituições estatais. Posteriormente, sugerem abandonar a visão que considera as línguas “crioulas” como subcategorias das línguas europeias, ou seja, “[...] incluir as línguas crioulas na classificação das línguas africanas [...]”. Em terceiro lugar, propõem incentivar a descrição e o registro dessas línguas. A quinta estratégia seria aplicar ações que colocarão o guineense e as línguas étnicas na mesma esfera das línguas europeias. A quinta e última proposta seria reconhecer o substrato africano como a base fundamental dos “crioulos” (Timbane; Manuel, 2018).

Apesar disso, para Couto (1996), na aplicação de uma política linguística, duas questões precisam ser consideradas em relação à forma como ocorrem o “modo coordenativo” e o “modo subordinativo”. Sendo assim, o primeiro modelo ocorre quando a vontade dos indivíduos de uma comunidade de fala é respeitada. Por seu lado, o “modo subordinativo” é oposto, ou seja, é aquele que ocorre quando um pequeno grupo decide sobre a língua da sociedade.

Ao analisarmos a adoção das línguas europeias – português, francês, inglês etc. – nos países africanos, constataremos que foi aplicado o “modo subordinativo”. Por exemplo, na Guiné-Bissau, a oficialização da língua portuguesa foi anunciada por uma minoria de indivíduos que não levou em consideração a opinião da população.

Calvet (2002) ressalta que, nas comunidades que convivem com o multilingüismo, é possível verificar duas leis que orientam esse fenômeno: o “*in vivo*” e o “*in vitro*”. Dessa forma, o primeiro (o “*in vivo*”) diz respeito às leis aplicadas por indivíduos em comum, com a finalidade de interação na comunidade. Ao passo que o segundo (o “*in vitro*”) é desenvolvido pelas autoridades estatais, mas, antes de ser imposto à sociedade, os estudiosos da linguagem são chamados para fazerem um levantamento prévio e procurarem saídas para o problema proposto. Nesse momento, conforme registra o autor, podemos verificar ainda duas leis ou orientações: uma é voltada apenas para uma determinada língua e a outra para todas as línguas. No que diz respeito às leis sobre a língua, Calvet (2002, p. 136-38) ressalta as seguintes intervenções: “1. Reforma da escrita [...]; 2. A intervenção sobre o léxico de uma língua [...]; 3. A padronização de uma língua [...]”. Sendo assim, de acordo com o autor, a primeira intervenção tem por finalidade resolver problemas relacionados ao sistema da escrita de uma língua, como é o caso ocorrido no **passado da China, pois,**

O governo comunista, para facilitar ao povo o acesso à escrita, fez em 1955 uma reforma ortográfica: 515 caracteres e 54 partículas foram simplificadas, passando de uma média de 16 traços a uma média de 8 traços [...] Essa simplificação, reduzindo o número de traços, certamente favorece o aprendizado e a memorização dos caracteres. (Calvet, 2002, p. 137-138).

No que se refere à segunda forma de atuação (a intervenção sobre o léxico de uma língua), em alguns casos, é possível verificar a adoção de novas palavras para superar a “lacuna” enfrentada pelas comunidades linguísticas, ou seja, criar lexias para nomear seres e coisas. No entanto, pode ocorrer situação inversa, ou seja, a comunidade linguística decide por unanimidade “purificar” as suas línguas, o que significa, por exemplo, excluir todos os traços da língua dos colonizadores (Calvet, 2002). No que se refere à “purificação” de uma língua, o pesquisador nos lembra o que aconteceu na Turquia:

Em 1923, Mustafa Kamel, levado à presidência da república por um movimento laico e nacionalista, lança a “revolução linguística” (dil devrimi). Tratava-se de modernizar a língua turca, suprimindo dela todas as influências muçulmanas e otomanas, e as principais decisões foram: primeiro, passar do alfabeto árabe [...] a um alfabeto

inspirado no alfabeto latino [...]; segundo, suprir o ensino do árabe do persa nas escolas[...]; terceiro, substituir sistematicamente as palavras tomadas de empréstimo árabe ou persa por termos de origem turca[...]; quarto, pedir aos cidadãos turcos que adotassem nomes de origem turca: por exemplo: Mustafa Kemal mudará seu nome para Atatürk, “o pai da Turquia”. (Calvet, 2002, p. 139, grifos nossos).

Finalmente, consoante ao autor, a padronização de uma língua é desenvolvida com a finalidade de manter uma forma única na representação gráfica dos seres ou objetos por uma comunidade linguística. Porém, o autor reconhece que, na maioria das vezes, essa padronização gera ideias opostas entre os seus idealizadores. Sendo assim, ele nos recorda o que aconteceu na Noruega, que, na época colonial, apresentava uma situação linguística complexa. Após conquistar sua independência, o governo viu necessidade de padronizar o norueguês, por isso os parlamentares votaram várias reformas, e, em todas elas, é possível verificar duas alas, ou seja, alguns parlamentares defendiam a necessidade de manter os traços do dinamarquês e outros retorquiram essa visão, visto que, para eles, seria interessante padronizar o norueguês com base na língua popular.

Relativamente às leis sobre as línguas, segundo Calvet (2002, p.141): “[...] em situações de plurilinguismo, os Estados são levados a promover esta ou aquela língua até então dominada ou, ao contrário, a retirar de outra o status que desfrutava, em suma, a modificar o status e as funções sociais das línguas em presença”.

No entanto, na Guiné-Bissau, não se verifica o primeiro caso apresentado por Calvet, pois as autoridades governamentais não promoveram leis que “elevaram” o status das línguas étnicas e do guineense. Apesar disso, nos últimos três anos (2020, 2021 e 2023), a língua conquistou um espaço na Televisão Nacional da Guiné-Bissau (TGB) e as notícias passaram a ser apresentadas na língua guineense. Ao nosso ver, a situação é de grande relevância, mas é preciso que a língua guineense e as línguas étnicas conquistem outras instituições e gradativamente eleve-se seu status. Por outro lado, no que se refere ao segundo ponto mencionado por Calvet (2002), a adoção da língua portuguesa como língua oficial acabou inferiorizando a língua guineense bem como as línguas étnicas. De acordo com Schiffman (1996 *apud* Silva, 2013), há dois tipos de políticas que precisam ser levadas em consideração: uma política linguística explícita (PLE) e uma política linguística implícita (PLI). Assim sendo, consoante ao autor, podemos definir as duas vertentes da seguinte maneira: a PLE versa sobre as leis ou decretos que obrigam o uso de uma língua em uma determinada comunidade, ao passo que a PLI diz respeito às leis não estatais, sendo geralmente criadas por indivíduos nas suas comunidades, com o intuito de preservar as suas línguas.

Calvet (2002) ratifica que a política linguística não é desenvolvida apenas pelo estado, mas, sim, por qualquer comunidade linguística ou minoria, com a finalidade de salvaguardar a sua língua. No entanto, o pesquisador enfatiza que, para que essa política seja efetivamente aplicada, apenas o estado tem poder. Sendo assim, conforme o autor, em alguns casos, encontramos políticas aplicadas pelo estado num determinado país, mas, em algumas situações, essa política linguística pode ser imposta por outros estados soberanos, na maioria dos casos, europeus (no contexto africano, principalmente). Foi essa política que denominou a Guiné-Bissau de país “lusófono”, o Senegal e a Guiné-Conacri, de “francófonos”, embora, efetivamente, as línguas portuguesa ou francesa não fossem línguas efetivamente empregadas nesses países.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do nosso trabalho, em primeiro lugar, recorreremos a uma revisão da literatura sobre o assunto, em outras palavras, buscamos trabalhos que discutem questões relacionadas à formação da língua guineense e às políticas linguísticas do país. Na segunda fase da pesquisa, elaboramos um questionário sobre o contexto sociolinguístico da língua guineense, com foco em aspectos como: fatores linguísticos, extralinguísticos, questões relacionadas ao emprego e às políticas linguísticas na Guiné-Bissau, dentre outras. Para isso, formulamos questões relacionadas aos seguintes tópicos: a) local de aquisição; b) “conforto” para comunicação no dia a dia; c) plenitude e funcionalidade de comunicação; d) recorrência a outra/s língua/s para comunicação; e) emprego em ambiente escolar – sanções proibições – visão dos estudantes; e f) avaliação sobre oficialização no país².

2 Cabe ressaltar, neste ponto, que as questões foram produzidas em português, na variedade guineense. Além disso, para menção à língua guineense, recorreremos ao rótulo mais usualmente empregado na comunidade, qual seja “crioulo” ou “crioulo guineense”.

Na terceira etapa, após a elaboração do questionário, selecionamos 25 pessoas, com uma faixa etária que varia entre 18 e 80 anos. Após a seleção dos nossos participantes, aplicamos o questionário de forma escrita para pessoas que sabem português e entrevista oral em guineense, para aqueles que não sabem português.³

Salienta-se que, antes da submissão do questionário, os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para registrarem os seus dados pessoais e autorizarem o uso científico das informações. Além disso, foi garantido aos participantes que em nenhum momento da pesquisa sua identidade seria divulgada.⁴

Na quarta e última etapa, quantificamos e organizamos os dados obtidos, bem como, analisamos, estabelecendo frequências de respostas e contrapondo com a fundamentação teórica. A seguir, apresentaremos os dados obtidos.

4 RESULTADOS

Como apresentamos na metodologia do nosso trabalho, o nosso questionário foi respondido por 25 participantes, 13 homens e 12 mulheres. O grau de escolaridade desses participantes varia de Ensino Básico⁵ a pós-graduação: 3 concluíram o Ensino Básico, 9 concluíram o Liceu⁶, 7 têm graduação completa, 4 estão cursando graduação e 2 se encontram no segundo semestre da pós-graduação. Desses 25 participantes, apenas 5 nasceram em Bissau (capital do país), e, do restante, 3 nasceram em Bafatá (região na zona leste do país), 3 em Biombo, 1 em Bula, 1 em Bambadinca, 3 em Galomaro Cossé, 2 em Quebo, 2 em Cachine, 1 em Cuntubuel, 1 em Buba, 1 em Gabú, 1 em Bijimita e 1 em Madina de Boé. Também observamos que 92,30% aprenderam a língua guineense e as línguas étnicas em casa e 7,70% na comunidade, entre os 2, 3 e 5 anos. Nas devolutivas, verificamos que essa segunda percentagem é comum nos participantes que têm as línguas étnicas como língua materna, pois aprendem fula, balanta, pepel, mancanhi, biafada, nalu, entre outras, em casa para depois aprenderem o guineense. No entanto, os que não têm as línguas étnicas, apresentam a língua guineense como primeira língua. A seguir, apresentamos a percentual referente ao local de aprendizagem da língua guineense e das línguas étnicas:



Figura 1: Local de aprendizagem da língua guineense e das línguas étnicas

Fonte: elaborado pelos autores.

3 Realizamos as nossas entrevistas de forma virtual, recorrendo a ferramentas digitais como WhatsApp, e-mail e Google Meet. Participaram da pesquisa guineenses residentes em Guiné-Bissau e no Brasil.

4 A pesquisa passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa, tendo sido registrada e aprovada sob o número de Processo 65894022.7.0000.5504.

5 No Brasil, corresponde ao Ensino Fundamental II.

6 Ensino Médio.

Por outro lado, constatamos que todos os participantes são multilíngues, pois, além do guineense, falam as línguas étnicas (balanta, fula, pepel biafada, mandinga, nalu e mandjacu) e o português. Além disso, alguns têm domínio de inglês, francês e árabe (os três últimos idiomas são comuns nos participantes com maior grau de escolaridade). Dessa forma, o emprego das três últimas línguas confirma a tese defendida por Timbane e Manuel (2018) e Scantamburlo (1999), ou seja, no país, algumas línguas estrangeiras disputam território com as locais. Do mesmo modo, evidenciam a existência de um bilinguismo eletivo ou circunstancial, consoante ao que assevera Ortiz Preuss (2011, *apud* Ortiz Preuss; Álvares, 2014). Por outro lado, a coexistência dessas línguas comprovou que há um plurilinguismo no país, como aponta Petter (2015). Segue, na sequência, o gráfico com essas informações:

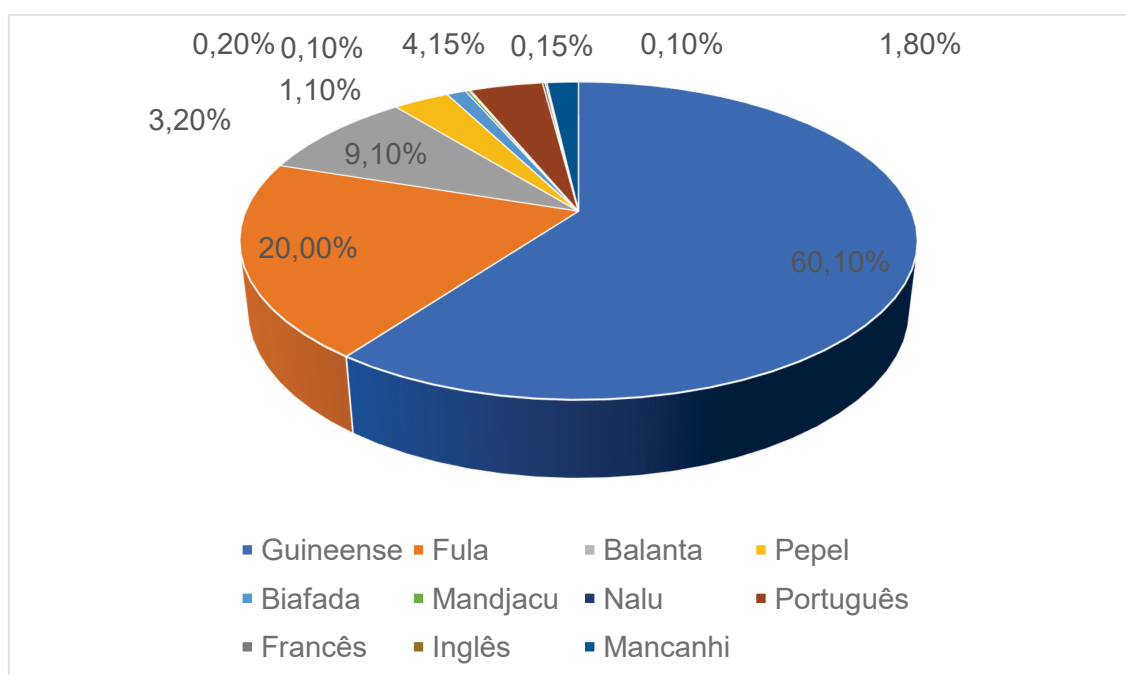


Figura 2: Línguas faladas pelos participantes guineenses.

Fonte: Elaborado pelos autores.

No ambiente familiar, os resultados mostraram que 69,20% dos participantes usam o guineense com maior frequência e 23,10% utilizam as línguas étnicas. Vale ressaltar que, nesse segundo grupo, devido ao status que as línguas étnicas têm em algumas localidades, por exemplo, na zona leste e sul, é possível encontrar pessoas que aprenderam o guineense já em idade escolar.

Além disso, esse percentual do segundo grupo se deve a políticas linguísticas adotadas por alguns pais e encarregados de educação, que promovem a valorização das línguas étnicas, pois parte dos participantes relatou que seus responsáveis não permitiam o uso de outra língua que não fosse a de sua família. Dessa forma, a ação dos pais ou encarregados da educação confirmou o que Calvet (2002) chama de políticas linguísticas “*in vivo*” ou as políticas linguísticas “implícitas” de Schiffman (1996 *apud* Silva, 2013). Para além de uma política linguística desenvolvida pelo governo, há também uma feita pelos cidadãos comuns⁷. Na sequência, os resultados relacionados à língua de maior emprego.

⁷ Esse fato, embora pouco documentado, poderia explicar porque as línguas étnicas e a língua guineense, embora não amparadas por políticas linguísticas governamentais, ainda gozam de vitalidade no território da Guiné-Bissau, não tendo sido suplantadas pelo português, a língua oficial e prestigiada, como ocorreu em outras ex-colônias.

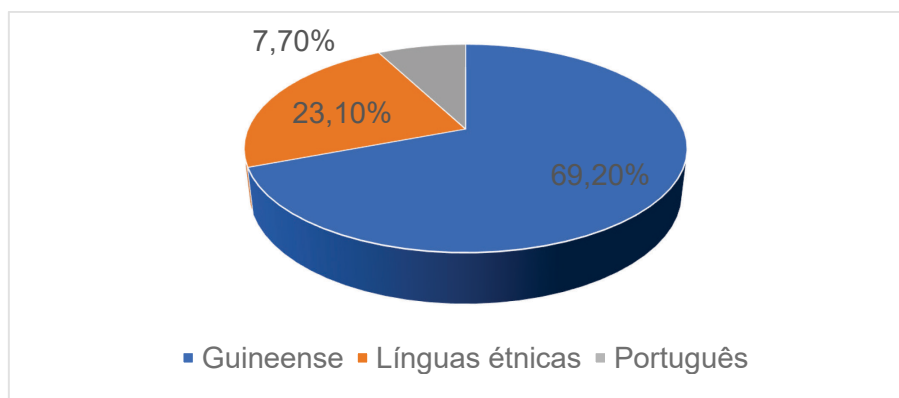


Figura 3: Língua empregada com maior frequência junto da família

Fonte: elaborado pelos autores

Ainda no tocante à língua de emprego com maior frequência, 7,70% informaram empregar a língua portuguesa, um uso restrito, mas justificado pelo contexto dessa parcela de participantes, mais escolarizados e que estão inseridos em ambientes onde se exige o emprego dessa língua, como informado em questões posteriores do inquérito. Apesar de o guineense e de as línguas étnicas apresentarem maior percentual de emprego, não se confirma, neste caso, que essas línguas majoritárias são mais prestigiadas, pois o português continua apresentando status elevado na visão dos entrevistados, como veremos mais adiante.

No que tange à língua usada com maior frequência no dia a dia, identificamos que 78,40% empregam a língua guineense, ao passo que 16,50% as línguas étnicas e 5,10% usam o português. Na sequência, o gráfico com resultados.

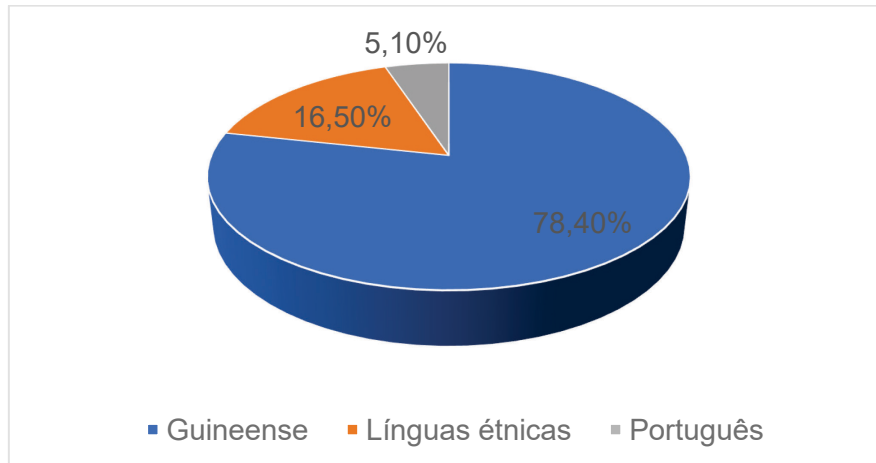


Figura 4: Língua empregada com maior frequência no dia a dia

Fonte: elaborado pelos autores

O percentual de emprego do guineense evidencia o papel dessa língua na sociedade guineense, embora, infelizmente, ainda não haja valorização pelo estado e até mesmo por parte dos guineenses, que veem mais prestígio nas línguas europeias, em especial na língua portuguesa. No que se refere ao emprego das línguas étnicas no dia a dia, os resultados revelaram que isso é mais comum no interior, onde as línguas são faladas com maior frequência. Por exemplo, em Galomaro Cossé (setor que faz parte de região de Bafatá, leste do país), bem como na maior parte da zona leste, a língua de predominância é a fula (pular).

Verificamos ainda que 91,90% dos participantes se sentem mais confortáveis em se comunicar em guineense, e uma percentagem reduzida, ou seja, 8,10%, se sente mais confortável de se comunicar na língua portuguesa, como se pode verificar no gráfico que segue.

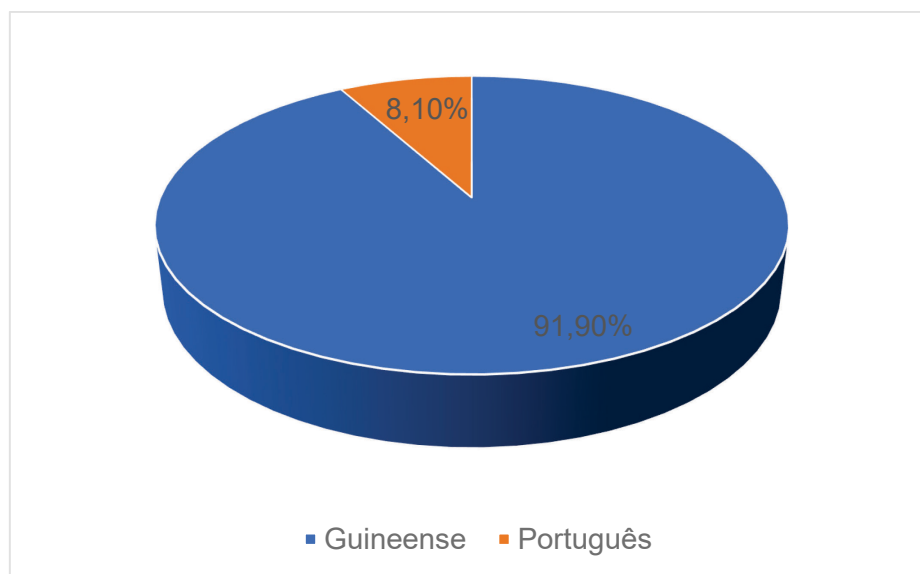


Figura 5: Língua de preferência dos participantes

Fonte: elaborado pelos autores

Como podemos verificar, aqui não aparecem as línguas étnicas, demonstrando que, para a população, embora essas línguas estejam ligadas à cultura e à identidade, estão acantoadas e são preteridas em lugar de línguas nacionais ou de prestígio. No tocante a essa “preferência” por parte dos participantes em relação a determinadas línguas, merece menção o fato de que, embora os questionários estivessem escritos em português, houve emprego do guineense para resposta, o que vai ao encontro de uma das hipóteses deste trabalho, qual seja, de que os guineenses se sentem mais confortáveis para se comunicar na língua guineense.

No que se refere ao posicionamento de professores e direções de escolas sobre o uso da língua guineense, observamos, pelos relatos, haver uma política linguística de certa forma opressora, pois a língua portuguesa possui maior status do que as outras línguas e, quando um estudante se comunica em guineense, denota-se haver algumas penalizações, conforme podemos constatar nas respostas dos questionários (na sequência).

1: “Como é obrigatório falar o português no recinto escolar e na sala de aula, ao falar crioulo pode até levar uma falta.”

2: “Pelo menos na escola em que frequentei não toleravam o uso do crioulo na sala de aulas, mas como é o hábito dos cidadãos guineenses, era impossível e infalível exigi-los de não falarem o crioulo.”

3: “Ficavam incomodados e irritados, pois, na sala de aula, era obrigatório falar em português e também tinham regras, se um/a aluno/a falar crioulo, pagava multa ou até mesmo era expulso na aula.”

4: “Eu pagava uma multa de 25xof ou 50xof⁸...”

5: “A maioria dos professores não permite o uso da língua..., mas alguns não impedem.”

6: “Uns me deram palmadas e houve até outros que me expulsavam da sala.”

7: “Ita dipindi di pursor ku scola. Na lembra otcha na studa na scola A, nó pursor di purtuguis ta tirau fora si papia criol, pursor di matemática kila ta pu paga quadro. Mas otcha n’muda pa scola B, eta tudjinu papial na recintu scolar ku sala de aula, si bi papialba, buta paga multa de 100fcfa.” (relato em língua guineense)⁹

⁸ Moeda local.

⁹ Tradução: “Depende do professor e da escola. Me lembro bem quando estudava na escola A, (Empregamos a letra A com a finalidade de preservar a identidade da escola do nosso participante) o professor de língua portuguesa expulsava quem empregava “crioulo”, o professor de matemática adotava outro castigo, ou seja, quem empregava “crioulo” era mandado apagar a lousa. Mas quando me mudei para escola B, nos impediam comunicar-se em crioulo no recinto escolar e na sala de aula.”

8: “É ka ta agi bem, pabia hora ku papia kriol n recinto scolár é ta danu bah suspensão.” (relato em língua guineense)¹⁰

9: “Professores tinham responsáveis na sala de aulas, ou seja, alunos que fiscalizavam a quem falava crioulo na sala. Quer dizer, era obrigatório falar português.”

10: “Pagava multa de 100 fcfa.”

11: “Agiam comigo normal.”

12: “Ita dipindi di pursor, mas na nó skola, maioria kata tudjinuba papia kriol. Má na nona class, no dissidi kria un lei, pa kada bias ku alguin papia kriol, i paga 25fcfa” (relato em língua guineense)¹¹.

Quadro 1: Relato dos participantes sobre o posicionamento de professores e direções em relação ao emprego da língua guineense no ambiente escolar

Fonte: elaborado pelos autores

Há, contudo, uma resistência por parte de alguns alunos e professores, que, às vezes, comunicam-se no guineense. Além disso, constatou-se que o uso obrigatório de língua portuguesa varia de escola para escola, pois em algumas instituições é comum se comunicar tanto em português quanto em guineense.

Os registros das entrevistas dão conta também de uma “fiscalização” que ocorre até mesmo por parte dos estudantes, voltada a quem, por ventura, “infringir” a lei. Há, ainda, a menção a acordos feitos com intuito de proibir o uso da língua guineense na sala de aula e no ambiente escolar.

Dessa forma, consoante aos relatos desses alunos, a ação tem como foco o estímulo ao aprendizado da língua portuguesa. A seguir, conferimos o que os participantes relataram sobre a presença da língua guineense junto do português nas instituições de ensino:

10 Tradução: “Não agiam bem, pois se a pessoa se comunicar em ‘crioulo’ é suspenso na aula”.

11 Tradução: “Depende do professor, mas a maioria não nos impedia o uso do crioulo. Porém, na 9ª classe (aqui no Brasil, corresponde ao 9º ano do Ensino Médio), adotamos uma lei com a finalidade de impedir o uso do ‘crioulo’ na escola. Assim, quando alguém se comunicava em uma língua que não fosse o português, pagava multa no valor de 25fcfa, para cada vez que empregasse o “crioulo”.

1: “Eu acho muito importante, pois é a língua mais falada e permite mais compreensão.”
2: “Eu acho que a ciência deve ser ensinada em crioulo, pois Português não tem eficiência e eficácia no sistema.”
3: “Na minha opinião, seria mais fácil para a comunicação e compreensão, porque temos mais domínio do crioulo.”
4: “Para mim, é bom, porque temos nas tabancas, crianças que nem crioulo compreendem, sem falar do português. Por isso, seria bom”.
5: “Acho que é urgente empregar essa língua no ensino e aprendizagem guineense. Pois é o que facilita mais a compreensão da matéria. Quando uma pessoa entende a matéria em crioulo dificilmente ela esquece o que aprendeu.”
6: “Eu acho muito importante, resgatar crioulo como uma língua para se comunicar no dia a dia, mesmo na escola ou nas instituições, porque faz parte da nossa cultura, e as vezes as pessoas se sentem mais à vontade e alegre para se expressarem em crioulo”
7: “Não, pa mi, português tem que cedo muito exigido na escola, sendo kuma i nó língua oficial i k maior importância ki kriol”. (relato em língua guineense) ¹²
8: “Não, pa pudi da más facilidade a estudantes di sibi papia utur língua, pabia criol nota aprendil na casa ou na vizinhança”. (relato em língua guineense) ¹³
9: “Seria bom. Porque na escola o que se ensina é a ciência não a língua.”

Quadro 2: Opinião pessoal dos participantes sobre o uso da língua guineense no Ambiente Escolar

Fonte: elaborado pelos autores

Relativamente à opinião dos participantes sobre a inserção da língua guineense no ambiente escolar, a maioria aponta ser favorável e sublinha que o emprego apenas da língua portuguesa não facilita a assimilação dos conteúdos. Além disso, reconhecem que a língua guineense é a riqueza do povo e que, considerando que muitas pessoas se sentem mais confortáveis para se expressar na língua nacional, faria sentido permitir o seu uso no ambiente escolar. Porém, alguns rebatem essa visão, ou seja, não concordam com o emprego de uma língua que não seja o português nos estabelecimentos de ensino. Segundo esses participantes, o guineense é menos importante do que a língua portuguesa¹⁴. Merece destaque o participante 7, que, embora tenha apresentado sua resposta em guineense, defendeu a importância de se empregar a língua portuguesa, que seria a única oficial do país.

Finalmente, em relação à oficialização do guineense, constatamos opiniões bastante divergentes, pois uns têm atitudes positivas e são favoráveis à oficialização da língua, mas outros apresentam posicionamento contrário e não concordam com a oficialização. Na visão destes últimos, isso traria consequências para quem deseja conviver com os conterrâneos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e outras nações que também usam o português. Seguem alguns recortes das respostas de nossos participantes.

¹² Tradução: Não, ao meu ver, o uso de português deve ser exigido na escola, pois é a nossa língua oficial e mais importante do que o crioulo.”

¹³ Tradução: “Não, para que o estudante possa se comunicar em outra língua, pois aprendemos ‘crioulo’ em casa ou na vizinhança” (comunidade).

¹⁴ Esse fenômeno de valorização da língua portuguesa em detrimento das línguas étnicas e do guineense foi confirmado pelo estudo de Rubio e Cá (2019).

- 1: “Língua é poder. Acho necessário os professores ensinarem na língua crioulo, porque facilita e contribui na melhoria do aproveitamento escolar por parte de alguns alunos com grande dificuldade de interpretar um texto escrito em português.”
-
- 2: “Por mim, não é bom para nós, porque somos obrigados a buscar o ensino superior de qualidade no exterior, sobretudo em Portugal e no Brasil (países falantes da Língua Portuguesa).”
-
- 3: “É muito importante oficializar a língua Bissau guineense, uma vez que é a língua do povo, ou seja, é a língua do dia a dia e também é a língua mais falada no território guineense.”
-
- 4: “Português é língua do colonizador, oficialização do crioulo pode ser como uma conquista e ruptura com legados dos invasores, colonizadores.”
-
- 5: “Acho legal! A Guiné Bissau como um país independente já, que pudesse ter a própria língua, como oficial também, incluindo português e não tendo a língua colonizador como a única língua oficial, cá em Bissau, as pessoas falam mais o crioulo e o compreendem melhor em relação ao português, quase a população guineense não fala a língua portuguesa, então seria bom e muito melhor que empregassem o crioulo como a língua oficial, juntamente com o português.”
-
- 6: “N’achal muito normal. Principalmente na escola, i mindjor propi opta criol suma lingua de ensinamento, pa mindjor percepção de alunos. Na instituição de stadu, Nô ka obrigado eleva utru lingua Mais de ki de nós. Alen di kila, si oficializadu, ina sedu lingua ku na permite pa tudo mundo sta na pé de igualdade” (relato em língua guineense)¹⁵
-
- 7: “Oficializal i na sedu bom, pabia, suma ku nô sibi, li na Bissau, si bu bai pa passa mensagem, si b misti pa um 70% ou 80% ntindiu, bu ten k papia kriol.” (relato em língua guineense)¹⁶
-
- 8: “Panha manera d odja, ika nada mal, pabia país tene djintis analfabetus i ku idosos kuka obi utur língua além d criol” (relato em língua guineense)¹⁷
-
- 9: “N’ka concorda, pabia si nó faci kila, nó kana tene dominiu di purdiguis. Suma ku nó sibi, nó obrigau konvivi ku guintis kuta papia purtuguis k sta fora.” (relato em língua guineense)¹⁸
-
- 10: “Nau, Pabia guineenses tem ku aprende papia português e mais vantajoso a nível internacional”.¹⁹
-
- 11: “Seria importante. Porém, temos que começar ainda pela criação da gramática, porque até agora a língua crioula não tem gramática.”

Quadro 3: Posição dos participantes sobre a oficialização da língua guineense

Fonte: elaborado pelos autores

Se estabelecermos um comparativo das respostas dos participantes aos apontamentos defendidos por Craig ([1977?], *apud* Couto, 1996), teremos as seguintes conclusões: a) os que não são favoráveis à oficialização do “guineense” defendem a existência de um “monolinguismo na língua dominante” (português); b) os que alegam a coexistência de duas línguas oficiais, português e “crioulo”, enfatizam a aplicação de um “bilinguismo pleno”. Outra informação que merece destaque na resposta dos participantes é a de que

15 Tradução: “Acho que é muito normal. Principalmente na escola, acredito que seja melhor optar pelo crioulo como língua de ensino, para que os alunos possam assimilar os conteúdos com mais facilidade. Nas instituições estatais, não somos obrigados a valorizar outra língua que não seja a nossa. Além disso, a oficialização do crioulo permitirá que todos estejam em pé de igualdade.”

16 Tradução: “Oficializá-lo seria benéfico, pois, como sabemos, aqui em Bissau, é de suma importância empregar o ‘crioulo’ para que 70% ou 80% da população consiga entender o conteúdo ao transmitir uma mensagem para a comunidade.”

17 Tradução: “Ao meu ver, não é ruim, pois no nosso país temos pessoas analfabetas e idosos que não tem domínio de outra língua além do ‘crioulo’.”

18 Tradução: “Não concordo, pois, ao fazer isso, não teremos domínio da língua portuguesa. Como sabemos, somos obrigados a conviver com pessoas que se encontram no estrangeiro que também se comunicam na língua portuguesa.”

19 Tradução: “Não, pois os guineenses devem aprender a língua portuguesa é vantajoso a nível internacional.”

alguns ressaltam que o português é língua dos colonizadores²⁰, por isso, com base nessa visão, a oficialização do “crioulo” seria uma grande conquista, pois excluiria mais um dos muitos vestígios deixados pelos colonizadores.

Como verificamos, no quadro anterior, além da variação na lexia “criol” e “kriol”, é possível verificar um segundo caso nas respostas dos participantes 8 e 9, ou seja, o primeiro usa *dj* na primeira sílaba de palavras “djintis” (gente) e o segundo utiliza *gu* na primeira sílaba “guintis”. Nas devolutivas, constamos a influência dos fatores extralinguísticos (idade e grau de escolaridade) na ocorrência das variações. Sendo assim, a lexia “criol” é mais frequente nos participantes com menor grau de escolaridade, ao passo que “kriol” é comum entre os que apresentam maior grau de escolaridade. Entretanto, no vocabulário gente, o primeiro caso (djintis) é utilizado por pessoas mais jovens e o segundo (guintis) pelos mais velhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados de nossa pesquisa revelaram que a língua guineense ocupa papel primordial na sociedade do país, sendo adquirida, quase sempre, no ambiente familiar, embora, por vezes, não se constitua em primeira língua dos participantes, que, frequentemente, possuem as línguas étnicas como primeiras adquiridas.

Apesar de o país ser plurilíngue e de os guineenses serem multilíngues, há o predomínio de interações em guineense, que funciona como língua nacional e interétnica em todo o território. O português, única língua oficial do país, não é língua de comunicação familiar nem do dia a dia, sendo restrito apenas à esfera educacional e oficial.

Nesse sentido, 90% dos entrevistados apontaram ser o guineense a língua de maior “conforto linguístico”, ou seja, a grande maioria dos usuários prefere se comunicar nessa língua do que em português ou qualquer outra língua presente no país.

Quando investigado o contexto de ensino em Guiné-Bissau, apesar do que fora revelado anteriormente, há a imposição do emprego da língua portuguesa, o que foi manifestado nos relatos de vários participantes. Para além disso, há opressão e desestímulo ao emprego do guineense.

A política nacional de valorização da língua oficial, o português, e de desvalorização da língua nacional, o guineense, faz com que haja, inclusive, divergência junto da população, manifestada nas variadas opiniões dos participantes, que se posicionaram contrários ou favoráveis à oficialização da língua guineense e implementação de um ensino bilíngue.

REFERÊNCIAS

CÁ, I. N.; RUBIO, C. F. O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em Guiné-Bissau. *Trabalhos em linguística Aplicada*. Campinas, v. 58, n. 1, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/PygbnYmdMsqR8Mj66mhw5Lr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 ago. 2022., p. 389-421.

CALVET, L. J. As Políticas Linguísticas. In: CALVET, L. J. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. p. 133-146.

COUTO, H. H. do. *Introdução ao Estudo das Línguas Crioulas e Pidgins*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

SILVA, E. R. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, n. 52, v. 2, p. 289-320, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/dT93Vp7MjTx9YgxPzqCrP4N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2022.

²⁰ Essa questão também foi confirmada no estudo realizado por Rubio e Cá (2019).

DJALÓ, M. S.; CARVALHO, G. L. C. Léxico da língua futa-fula da Guiné-Bissau: uma proposta de vocabulário trilingue. *Njinga & Sepé*, Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), v. 1, número especial, p. 294-321, dez.2021. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/859>. Acesso em: 23 ago. 2023.

EMBALÓ, F. O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional, *Papia*, v. 18, p. 101-107, 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/53157558-O-crioulo-da-guine-bissau-lingua-nacional-e-factor-de-identidade-nacional.html>. Acesso em: 23 ago. 2023.

KIHM, A. *Kriyol Syntax: The Portuguese-based Creole Language of Guinea-Bissau*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1994.

NARO, A. J. A Study on the origins of pidginization. *Language*, n. 2, p. 314-347, 1978.

ORTIZ PREUSS, E.; ALVARES, M. R. Bilinguismo e políticas linguísticas no Brasil: da ilusão monolíngue à realidade plurilíngue. *Acta Scientiarum – Language and Culture*, Maringá, v. 36, n. 4, p. 403-414, out./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/23169>. Acesso em: 23 ago. 2023.

PECK, Stephen Madry. *Tense, aspect and mood in Guinea-Casamance Portuguese Créole*. 1988. 476f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1988.

PETTER, M. As línguas no contexto social angolano. In: PETTER, M. *Introdução à Linguística Africana*. São Paulo: Contexto, 2015. p.193-219.

ROUGÉ, J. A propos de la formation des créoles du cap vert et de guinée. *Papia*. Atas do colóquio sobre crioulos de base portuguesa e espanhola, v. 3, n. 2, p. 137-149, 1994.

ROUGÉ, J. L. A formação do léxico dos crioulos portugueses da África. FIORIN, J. L.; PETTER, M. (org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 63-73.

RUBIO, C. F.; CÁ, J. F. Avaliação do português e das demais línguas de Guiné-Bissau por estudantes guineenses do ensino secundário. *Caderno de Letras*, n. 33, p. 147-182, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/cadernodeletras/article/view/15053>. Acesso em: 22 jan. 2020.

RUBIO, C. F. Multilinguismo nos PALOP: perfil sociolinguístico e avaliação linguística em Guiné-Bissau. *Revista de Letras*, v. 1, n. 40, jul. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/65528>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SCANTAMBURLO, Luigi. *Dicionário Guineense*: Volume I. FAPESBI: Lisboa, 1999.

TIMBANE, A. A.; MANUEL, C. O crioulo da Guiné-Bissau é uma língua de base portuguesa? Embate sobre os conceitos. *Revista de Letras JUÇARA, Caxias*. Maranhão, v. 2, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <https://ppg.revistas.uma.br/index.php/jucara/article/view/1758#:~:text=Os%20dados%20mostram%20que%20o,base%20gramatical%20procura%20se%20conservar>. Acesso em: 23. ago. 2023.

UNESCO. Declaração Universal Dos Direitos Linguísticos. *Linguagem, Revista eletrônica de popularização científica em ciências da linguagem*. 1996. Disponível em: <http://www.ufscar.br/linguasagem/edicao03/quemsomos.php>. Acesso em: 16 mar. 2021



Recebido em 04/07/2023. Aceito em 18/04/2024.